

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Escola da Guanabara na Memória Carioca

Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho*

Resumo: Carlos Lacerda, primeiro Governador do Estado da Guanabara, teve como base de sua gestão a demarcação da identidade desta nova unidade federativa. A ampliação do número de vagas para a educação transformou-se num dos principais objetivos governamentais e efetivou-se essencialmente através da construção de novas salas em antigas escolas e de novos prédios. Os novos edifícios construídos seguiram um modelo arquitetônico único que venceu decisivamente a cidade.

Palavras-Chaves: escola pública – memória – educação

Abstract: Carlos Lacerda, Guanabara's first governor, had as base of his management the landmark of the identity of this new federative unit. The magnifying of the vacant number for the education was changed into one of the main governmental objectives and was accomplished essentially through the construction of new spaces in old schools and new buildings. The new constructed buildings had followed an unique architectural model that changed the city decisively.

Keyword: public school – memory - education

Na primeira eleição do recém criado Estado da Guanabara, em 1960, Carlos Lacerda sagrou-se governador. Foi uma das mais acirradas eleições que o antigo Distrito Federal teve oportunidade de assistir. Teve como base de propaganda o processo de estadualização local, além de objetivar a demarcação da identidade desta nova unidade federativa. Fazia-se necessário reordenar a máquina administrativa, herança de uma longa história como capital.

O redimensionamento de alguns setores da administração pública, dentre eles a Educação, foi um dos principais pilares da campanha lacerdista. A ampliação do número de vagas para a educação transformou-se num dos principais objetivos governamentais.

Os novos edifícios construídos seguiram um modelo arquitetônico único que venceu decisivamente a cidade. Trata-se de construções ainda hoje significativas para a população carioca. Refletem a memória do povo da cidade. Para CASTORIADIS (1999: 281) “(...) a sociedade é criação, e criação dela mesma” e a escola pública, herança dos tempos da Guanabara, em seu projeto e forma, é o resultado dessa construção da sociedade, posto que é parte essencialmente integrante e representativa.

* Mestre em Educação pela UERJ, Licenciatura em História pela UERJ, Docente na Universidade Cândido Mendes e Universidade Estácio de Sá.

A abertura de novas matrículas para as escolas públicas era, sem dúvida, um dos projetos de maior impacto e apelo social na gestão de Lacerda. E, de fato, em pouco tempo a evolução do número de matrículas no ensino primário fez-se visível. Nas escolas da cidade as matrículas e, por conseqüência, o número de salas de aulas elevou-se na ordem de 50%.

Simultaneamente à estruturação da máquina administrativa estadual, Lacerda se empenhou na implementação de seu “plano de metas”, para usar uma expressão em voga na época. Três dessas metas podem ser identificadas como aquelas que não só mereceram especial atenção do governador, bem como são as que até hoje lhe dão um lugar especial na memória política carioca: a ampliação do sistema escolar, o abastecimento de água e a ordenação do espaço urbano da Guanabara. (MOTTA, 2000:58)

A ampliação de vagas para a rede pública da Guanabara efetivou-se através de diferentes maneiras: construção de novas salas em antigas escolas; construção de novos prédios, para abrigar novas unidades escolares; instituição das chamadas “classes em cooperação” e de um sistema de rodízio de folgas semanais dos professores, que visava a otimizar o número de salas já existentes.

A primeira etapa da ampliação da rede, depois de devidamente mapeadas as carências e necessidades, concentrou-se na construção de novas salas de aula, anexas aos prédios já existentes. Em um semestre tal medida representou um saldo de cerca de duzentas e sessenta salas de aulas. Essa medida não foi de amplo agrado entre o magistério, já que significava alteração na rotina cotidiana da escola, além de romper com o padrão das antigas construções. Os representantes da administração justificavam-se, porém, alegando o barateamento de custos.

A escolha das áreas para a construção de novas unidades escolares não obedeceu a um critério único. Muitos prédios foram erguidos em grandes terrenos de outros prédios públicos – como no caso da atual Escola Municipal Anne Frank¹, que ocupou área adjacente ao Palácio da Guanabara – ou ainda na área de outras escolas públicas, em espaços dados por ociosos. A medida gerou forte crítica dos educadores, pois o tamanho previsto *a priori* como padrão ficavam cada vez mais distantes na realidade. Os terrenos utilizados para a construção das escolas eram escolhidos a partir, muitas vezes da indicação de políticos, e havia a preocupação de que o prédio se tornasse bem visível aos olhos da cidade.

¹ Essa escola foge aos padrões arquitetônicos estabelecidos na época. Era a antiga Casa da Guarda do Palácio Guanabara (ainda sede do governo estadual) e foi transformada em escola em fevereiro de 1961.

A necessidade urgente de vagas levou Lacerda a criar uma instituição específica – a Fundação Otávio Mangabeira - através do decreto nº 294 de dezembro de 1960. Constituiu-se numa entidade sem fins lucrativos, congregando pessoas físicas, não necessariamente do serviço público, e de pessoas jurídicas e cujo objetivo era captar verbas, sob a forma de donativos, contribuições e subvenções da iniciativa privada para a construção de escolas pré-fabricadas, cuja entrega para o funcionamento tinha um prazo muito curto.

Além dos financiamentos captados pela Fundação Otávio Mangabeira, verbas advindas do orçamento público anual foram empregadas nessa política, que planejava escolas de cinco salas de aula, além das áreas destinadas à administração e às salas ambientes. Eram prédios cujo padrão era único e simples, com materiais de baixo custo, que, inicialmente, tinham caráter emergencial e temporário. Era um modelo de escola pré-fabricada, que funcionaria para suprir algum déficit de vagas, enquanto os prédios “definitivos” seriam construídos.

O resultado parcial dessa política até 1963 demonstra que setenta e duas escolas já haviam sido efetivamente entregues à população escolar, totalizando quatrocentas e sessenta e quatro salas de aula, correspondentes a cerca de quatorze mil novas matrículas – sem contar as salas anexadas aos antigos prédios. Tal como previsto pelo governo Lacerda, a construção de escolas intensificou-se a partir de então: somente neste ano foram erguidas trezentas e dez salas em dezenove escolas.

Os edifícios construídos com verbas da secretaria seguiram um modelo arquitetônico único que se tornou característico do governo de Lacerda. Trata-se de prédios com revestimento externo em tijolos aparentes, com grandes janelas de basculantes de madeira. O tamanho das escolas construídas com verbas orçamentárias da Secretaria de Educação variava entre quatro e dezesseis salas de aula. Possuíam até quatro pavimentos, em que os três andares superiores destinavam-se a salas de aula ou que poderiam transformar-se em salas ambientes como uma biblioteca. No térreo concentravam as atividades burocráticas como secretaria e direção, e ainda o refeitório, a cozinha e ainda o gabinete médico-dentário.

A construção de escolas tornou-se, então, em uma das marcas do governo Lacerda. Ele teve a preocupação de forjar um projeto arquitetônico próprio que identificasse sua gestão, mas que não foi considerado por alguns professores, como tão bom quanto os prédios mais antigos, erguidos por governos anteriores, como foi ressaltado o projeto de escolas do período de Mendes de Moraes. É interessante o depoimento de uma das professoras que

lembrou que, durante o governo de Mendes de Moraes, prefeito do Distrito Federal, as escolas eram muito mais abastecidas de materiais escolares para uso das crianças, do que na gestão de Lacerda.

Eram escolas mais amplas, mais arejadas, mais claras. As salas normalmente comportavam quarenta a quarenta e cinco alunos, mas permitiam a presença de até sessenta crianças. Eram áreas arborizadas, com amplos pátios para a recreação das turmas, homenageadas com painéis ou murais de pintores brasileiros – o que não existia na maioria das escolas construídas por Carlos Lacerda. (COSTA, entrevista)

Durante o governo de Carlos Lacerda, a Secretaria Estadual de Educação investiu no desenvolvimento do Projeto Piloto. Este, que tinha por finalidade a melhoria do atendimento de crianças, sobretudo das regiões carentes, partiu da experiência envolvendo cinco escolas da rede oficial, para mais adiante se expandir para as demais instituições. O Plano recebeu recursos do acordo MEC/USAID, demonstrando suas opções em relação aos apoios financeiros captados para o desenvolvimento do Estado. Este projeto fez um amplo e minucioso levantamento da situação em que se encontrava a rede e de suas deficiências para apontar caminhos para as soluções das questões. Porém, o trabalho não teve prosseguimento. Não chegou a se concretizar para todas as escolas da rede oficial do Estado da Guanabara. Assim mesmo, representou, para a categoria na época, uma importante arma de propaganda da sua gestão e de sua imagem.

As professoras entrevistadas não conseguiram apontar, no período de governo do Carlos Lacerda, grandes modificações no campo pedagógico. Lembraram de que as escolas foram equipadas com coleção de livros para os professores, alguns aparelhos de áudio-visual, como projetores de slides e retro-projetores, e que os alunos passaram a receber livros didáticos. Os grandes investimentos restringiram-se, realmente, apenas à ampliação das matrículas e da rede escolar.

O fato lembrado como marcante por todas as professoras ouvidas refere-se à questão salarial. Elas expressaram a satisfação do professorado da época com a valorização profissional conquistada durante a administração do Lacerda.

Eu considero que o governo Lacerda foi a época em que os professores primários ganharam melhor. Não digo que os professores ganhavam bem, porque nunca se ganhou tão bem assim, mas que se tinha uma vida digna e que o salário de professor dava para se viver, isso dava. (ABREU, entrevista)

Para as professoras primárias consultadas, o mito que envolve a figura do governador Carlos Lacerda está diretamente relacionado ao reconhecimento do magistério primário, através da valorização financeira e de todo o investimento realizado no campo da educação. Mas é importante frisar que esta situação salarial privilegiada, embora tenha sido mais valorizada por Carlos Lacerda, foi o legado de uma época em que o território fora sede do Distrito Federal – no qual, portanto, gozava de uma situação privilegiada, se comparada aos outros estados brasileiros.

Eu devo reconhecer que na época eu não era lacerdista. Eu não tinha muitas afinidades com o Lacerda, mas agora eu olho para trás, e não posso deixar de ver que se não fosse o Lacerda, talvez hoje o Rio estivesse vivendo uma situação bastante crítica, caso ele não fizesse todas as obras que fez na cidade. Hoje eu tenho que concordar que ele foi um bom governante. (TINDÓ, entrevista)

Todas as professoras entrevistadas concordaram que essa “foi uma época áurea na educação” (ABREU, entrevista) da cidade. Consideraram o governo Lacerda a melhor administração que esse setor já vivenciou. E citam todas as medidas tomadas para ampliação do número de crianças matriculadas, tanto quanto a valorização salarial, como responsáveis para o seu bom governo. Mesmo as professoras assumidamente contrárias à política de Lacerda, argumentam que este foi o melhor governo para a educação pública.

A minha família era muito getulista. Só tinha um tio que era lacerdista doente; portanto, eram brigas homéricas. (...) Então, eu fui criada não gostando do Lacerda, que era o “pestinha”. Mas com o passar dos anos a gente vê como foi grandioso o governo do Lacerda, ele era, realmente, uma pessoa de um temperamento muito difícil, uma pessoa de uma facilidade no discurso, que não houve igual. (VALLE, entrevista)

O respeito que o governador da Guanabara demonstrava pela categoria do magistério primário foi a razão apontada para que as professoras se sentissem muito valorizadas. Ele instituiu, politicamente, a educação como uma das áreas fundamentais para garantir o desenvolvimento do estado que, como uma unidade da federação recém-criada, coube a ele a responsabilidade por estruturar.

Na prática, Lacerda reconheceu que tinha nas professoras da rede pública potencial muito grande de sustentação para o seu mandato e para suas ambições futuras. Além disso, compreendeu que se voltar para a educação, não apenas garantia apoio político dentre os que diretamente encontravam-se envolvidos, mas que significava expandir o apoio entre as

famílias dos profissionais e, também, dos pais e responsáveis dos alunos matriculados na rede oficial de ensino. O político deve sua autoridade, entre outras razões, à força da mobilização que consegue acumular (BOURDIEU, 2001:191).

Na verdade, o que podemos entender, partindo das afirmações das entrevistadas, é que o governo Lacerda ficou marcado como uma excelente administração, porque, nem os governos subseqüentes obtiveram o mesmo desempenho, nem o investimento na educação fora tão significativo. Uma das professoras, durante a entrevista, expressou-se assim:

Eu considero Lacerda o melhor governo que o Rio de Janeiro já teve, pelas melhorias, de um modo geral que ele implantou na cidade. (...). Eu me lembro que ele foi muito perseguido, e que as pessoas, por ocasião de sua eleição, diziam que ele não ia fazer absolutamente nada. (MACHADO, entrevista)

A imensa empatia que envolvia a relação entre professoras primárias e o governador também tem origem no fato de que o seu partido – a UDN – representava os interesses da classe média nacional, grupo social a que pertencia a grande maioria da categoria. De certa maneira, era como se ele falasse e se comportasse como o esperado por essas moças, no que se referia ao trato da coisa pública e à corrupção nos meios políticos:

(...) a UDN pode ser considerada “partido das classes médias”, no sentido de que era o único grande partido que se dirigia diretamente às classes médias – nos programas, nos discursos, na imprensa, nos meios militares – sobretudo através das denúncias de “proletarização” e da corrupção administrativa. (BENEVIDES, 1981: 217)

O governo de Carlos Lacerda na Guanabara tem servido como exemplo de administração até os dias atuais. Vários políticos têm se sucedido na História do Rio de Janeiro, ligados aos mais diferentes espectros ideológicos, utilizando-se de práticas políticas que se assemelham às medidas lacerdistas. O atual prefeito - César Maia - em sua primeira gestão concentrou-se no modelo de gestão de Lacerda: “Foi tomando explicitamente o governo de Carlos Lacerda no estado da Guanabara como exemplo de “competência” a ser seguido que César Maia se elegeu prefeito da cidade derrotando a candidata petista, Benedita da Silva.”(MOTTA, 2001:82)

Esses políticos exploram a discussão sobre a educação pública, demonstrando que essa é uma questão essencial para eleger um candidato. A construção de prédios

escolares, adotando um único modelo arquitetônico, tem também se mostrado uma boa propaganda de administração competente. A população dos setores mais carentes da sociedade reconhece essas obras públicas como fundamentais para a cidade, sem que seja importante garantir a qualidade dos serviços.

No entanto, cabe aqui destacar que toda a trajetória política de Carlos Lacerda esteve sempre ligada aos interesses da iniciativa privada. Basta lembrar que o momento em que ele se tornou o representante das escolas privadas, durante a década de 50, quando da apresentação e defesa do projeto de lei para a educação nacional – que viria a ser a Lei de Diretrizes e Bases – fez-se um dos grandes debates nacionais. As relações que Lacerda mantinha com os empresários do setor foram sempre muito próximas e evidentes. Um exemplo que ilustra essa afirmação foi a nomeação de um representante do setor para assumir a pasta da educação – Flexa Ribeiro.

Essa contradição é bastante evidente na gestão de Lacerda como governador na Guanabara. As relações políticas que contribuíram para a sustentação do seu mandato não tinham origem no serviço público. Faziam parte do empresariado ligado à iniciativa particular.

A política de Lacerda no sentido de construir novas escolas e ampliar o quadro de matrículas está em conformidade com um projeto político mais amplo. Era um projeto que ultrapassava os limites territoriais do estado. Até o projeto arquitetônico das construções seguiram um modelo padrão facilmente identificável que serviu de propaganda eleitoral de maneira bastante eficaz; até hoje o design é reconhecido como as “escolas do Lacerda”. A sua finalidade era compor a imagem de um homem público associada às causas sociais, aproveitando-se das questões estaduais. Era fundamental identificá-lo como um bom administrador público para a sociedade brasileira. E as novas escolas oficiais cumpriam esse papel.

A grande meta de Lacerda era a de se credenciar para a Presidência da República. Todos os seus esforços e articulações convergiam para esse objetivo. Aproveitava-se do fato de que a Guanabara permanecia, ainda, como foco de atenção da política nacional. Além disso, o Rio de Janeiro mantinha-se como o palco principal de debates e de projeção para o resto do país. Condição fundamental para seus projetos era que ele realizasse um governo impecável, capaz de produzir efeitos que se refletissem na próxima campanha eleitoral para o executivo federal.

Lacerda utilizou-se do poder que a educação exerce sobre os cidadãos de uma localidade para promover-se politicamente. Esta foi a sua principal motivação para investir neste setor, tão importante para construir a imagem de um bom político.

(...) a redescoberta contemporânea do sentido político da educação não é apenas a tomada de consciência de seu poder mobilizador, de sua força como instrumento ideológico, de propaganda e controle por meio de uma adesão que, mais do que normatização de comportamentos é modelagem de consciências e subjetividades. (VALLE, 2001: 56)

Ele utilizou a força da educação, que, ontem como atualmente, envolvia os pais ou responsáveis dos alunos, professores, e todas as famílias que os cercavam para projetar sua imagem de homem público sério e probo; merecedor da confiança da população.

Referências Bibliográficas

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 4ªed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V*. Trad. Lílian do Valle. Rio de Janeiro: DPA, 1999.
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960 – 75)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MOTTA, Marly Silva da. *Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na política do Rio de Janeiro*. LÓCUS – Revista de História. UFJF, Juiz de Fora, n.13, p.73 – 84, 2001.
- VALLE, Lílian do. *Modelos de cidadania e discursos sobre a educação*. Teias – Revista da Faculdade de Educação da UERJ, Rio de Janeiro, nº. 3, ano 2, p.56-65, jan-jun/ 2001.

Fontes

- Entrevista Prof^ª Bertha Reis do Valle
Entrevista Prof^ª Marly Abreu
Entrevista Prof^ª Vilma Machado
Entrevista Prof^ª Mitsi Costa
Entrevista Prof^ª Marlene Adelayde Cabral Coutinho
Entrevista Prof^ª Maria Luiza Tindó da Silva